



Como se Organiza a Militância Antirracista Teresinense? Segmentaridade e ritual em manifestações de rua

Lorrana Santos Lima^a
Carlos Filadelfo^b

Resumo: Baseados em pesquisa etnográfica, buscamos desvelar composições, decomposições e oposições ritualísticas que organizam a militância antirracista teresinense. Fizemos este artigo a partir da descrição, classificação e análise etnográficas de práticas segmentares e de ações rituais exercidas em manifestações de rua, sobretudo por um coletivo negro, em 2021. Concluimos que a ocupação intencionada das ruas (as manifestações políticas) faz a militância antirracista. Destaca-se que essa ocupação intencionada é feita a partir de táticas de frente ampla e de frente única constituídas e constituintes de relações políticas, bem como a partir de certas práticas corporais e discursivas, como o uso de emblemas, cores, lambes, *cancioneiras* e os gritos de ordem. Essas são práticas segmentares e rituais que, ainda que situacionalmente, organizam a militância e ocupam, reconfiguram e (re)criam as ruas do centro como espaço, por excelência, do acontecimento daquela política antirracista.

Palavras-chave: Militância. Teresina. Antirracismo. Segmentaridade. Ritual.

Neste artigo, buscamos desvelar as composições, decomposições e oposições que organizam a militância antirracista

^a Universidade Estadual de Campinas. Doutoranda em Antropologia Social. Email: 175885@dac.unicamp.br. <https://orcid.org/0000-0001-5639-3702>

^b Universidade Federal do Piauí. Professor do Departamento de Ciências Sociais e da Pós-Graduação em Antropologia. Email: crfiladelfo@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-8459-3581>



de Teresina (PI), observando, para tanto, as relações políticas constituintes e constituídas pelo Coletivo Negro Minervino de Oliveira (CNMO), coletivo antirracista e anticapitalista pelo Poder Popular, e por outras siglas políticas, principalmente nas manifestações de rua, ao longo do ano de 2021, durante a pandemia da Covid-19.

É apresentado aqui um recorte de pesquisa mais ampla na qual, a partir do acompanhamento do CNMO e do Perifala! (um grupo de estudos e formação política da periferia), objetivou-se “investigar as dimensões discursivas, práticas e corporais [...], dando enfoque à composição de usos, sentidos e efeitos da expressão política *horizonte revolucionário de desracialização social*” (Lima, 2023, p. 6). Seguem nos interessando, aqui, as dimensões discursivas, práticas e corporais de organizações antirracistas, no entanto, mais informados pelos usos, sentidos e efeitos de expressões, como: *Organize sua luta!* e *Organize sua rebeldia!*, bem como a distinção entre sujeitos *organizados* politicamente (aqueles que constroem alguma organização) e aqueles *não-organizados* (aqueles que não constroem alguma organização).

O fato do título deste artigo ser uma interrogativa não é por acaso. Em um momento anterior (Lima, 2023), aferiu-se uma obliteração racial na literatura sobre a militância teresinense, apesar de ser rico o material que trata da militância negra noutros estados, especialmente os do eixo sudestino – conforme levantamento de Alegria, Bulgarelli e Pinheiro-Machado (2020).

Aqui, *organizar* a luta e *construir* militância implicam relações políticas contínuas de composição, decomposição e oposição. Por essa razão, para investigar como se organiza a militância antirracista nas manifestações de rua, optamos por destacar esses processos contínuos a partir de lógicas de segmentaridade, ritualísticas e pela conformação de táticas.

Sustentamos que a noção de segmentaridade é produtiva para pensar múltiplas relações políticas:

Essa noção foi desenvolvida por Evans-Pritchard e Meyer Fortes (1940), [...] para explicar a integração de sociedades de linhagem que não contavam com aparelho estatal. [...] [N]a etnografia sobre os Nuer de Evans-Pritchard (2005 [1940], p. 149), [...] o princípio de segmentaridade é entendido como uma tendência de qualquer grupo político para divisões e oposições entre seus segmentos e, por outro lado, ‘de fusão com outros grupos de sua própria ordem em oposição a segmentos políticos maiores do que o próprio grupo’. [...]. No entanto, Deleuze e Guattari (1996)² e Goldman (2001; 2006) propõem que a noção de segmentaridade não se restringe às sociedades de linhagem, mas que seu alcance deve ser ampliado, uma vez que o princípio de segmentaridade, desde que encarado como processo a ser descrito em ato, é universal na constituição das relações políticas (Filadelfo, 2015, p. 20).

Deleuze e Guattari questionam “por que voltar aos primitivos, quando se trata de nossa vida?” (1996, p. 77), o que constitui o fio condutor de toda a argumentação dos autores para mostrar que não há uma total distinção entre sociedades “primitivas”, que seriam segmentadas, e sociedades “com Estado”, supostamente centralizadas, como se supunha, afinal de contas “não só o Estado se exerce sobre segmentos que ele mantém ou deixa subsistir, mas possui sua própria segmentaridade e a impõe” (1996, p. 78). Assim, a segmentaridade e a centralidade estatal se opõem e se combinam simultaneamente, da mesma maneira como outros dois pares desenvolvidos pelos autores: segmentaridades dura e flexível e segmentaridades molar (macropolítica) e molecular (micropolítica). Essas oposições são apenas provisórias, pois se cada par marca uma oposição de dois elementos, eles também se combinam, se alternam e, muitas vezes, confundem-se: “Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 90).

Dessa forma, a segmentaridade está presente mesmo nas sociedades com Estado e se apresenta sob três diferentes modalidades: 1) binárias, a partir de grandes oposições duais; 2) circulares,

em círculos cada vez mais vastos; e 3) lineares, ligadas a “processos” ou “episódios” concomitantes ou sucessivos. Haveria uma maior predominância de uma forma específica apenas situacionalmente, afinal de contas essas três figuras de segmentaridade “são tomadas umas nas outras, e até passam umas nas outras, transformando-se de acordo com o ponto de vista” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 77). Com efeito, a segmentaridade se reveste de suma importância como ferramenta analítica para lançar luz a processos políticos não condicionados apenas por um Estado central e centralizador.

No que diz respeito ao sentido teórico de táticas, entendemos que as “trajetórias táticas” se estabelecem dentro de “espaços estratégicos”, tal como formula Leite (2002), quando reflete sobre usos e contra-usos do espaço urbano, baseado, por seu turno, nas contribuições de Certeau (1994) e Zukin (2000). Certeau (1994, p. 100-101) assevera que “a tática é determinada pela ausência de poder, assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder”.

Embora nos apoiemos nessa reflexão para descrever como sujeitos políticos reivindicam a sua posição dentro de espaços estratégicos, por meio do recurso da tática, não a incorporamos plenamente. Primeiro, isso ocorre, porque, como leitores de Foucault, compreendemos que nenhum sujeito – ou ação, seja tática ou estratégica – está esvaziado de poder ou destituído da “sua tutela”. Assim, as táticas, da nossa perspectiva, possuem um lugar político – referente de exercício de poder – que levamos em consideração e as analisamos como formas combativas, individuais e/ou coletivas, de inserção nas relações de disputas de poder.

Já a noção de ritual é uma ferramenta analítica que nos auxilia a analisar também as dimensões discursivas, práticas e corporais (ou performativas) da organização da luta em manifestações em rua. No caso, apoiamo-nos em Houseman (2003),

Peirano (2001) e Borges (2003), para destacar o enquadramento do ato que dispõe de performatividade própria, com fardas, lambes (cartazes com mensagens políticas coladas em paredes ou postes), gritos de ordem, dentre outros aspectos ritualísticos, que tornam aquelas reuniões concentradas em ato.

Anteriormente (Lima, 2023), concluiu-se que fatores proeminentes à organização antirracista teresinense são a universidade, o comunismo, a periferia e a (trans)generidade, visto que a militância é massivamente composta por estudantes negros universitários, residentes de periferia e que daquelas organizações autointituladas negras, uma é partidária ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), o CNMO, e a outra atua em defesa das pautas de gentes trans e travestis, o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS).

Entretanto, neste artigo, buscamos desvelar como e se esses fatores proeminentes à organização antirracista teresinense se articulam segmentar e ritualisticamente em manifestações de rua – entendida aqui como autêntico espaço de vida política, em oposição a espaços de morte (Cf. Alves, 2020) –, por meio de táticas de segmentação estendida e situada (ou seja, formas de agir e organizar a luta política). Considera-se que, sob a lógica da antinegitude (Vargas, 2020), a cidade de Teresina, tal qual o mundo social, é organizada a partir da díade pessoas negras e pessoas não-negras, lógica sob a qual se produz ausência e exclusão às gentes negras.

Em decorrência desse entendimento, privilegiando a descrição etnográfica de atos ocorridos em 2021, apresentamos, nos tópicos que se seguem, uma perspectiva da prática segmentar, dos momentos e movimentos de composição, decomposição e oposição ritualística (Goldman, 2006; Houseman 2003; Peirano, 2001; Borges, 2003; Deleuze; Guattari, 1996) da organização da militância antirracista teresinense ou, se preferirem, das condenadas e condenados da cidade (Cf. Fanon,

1968) – que recusam a exclusão e produzem política (vida e cidade) negra, antirracista, a partir das táticas de ocupações de ruas (Cf. Alves, 2020) e praças (Lima, 2023; 2024), em contextos de manifestação de rua.

Três situações etnográficas

Apresentamos, agora, as descrições etnográficas de três manifestações de rua. Todas aconteceram nas ruas do centro da cidade. Foram organizadas para serem executadas nos dias 13 e 29 de maio de 2021 e no dia 19 de junho de 2021. As descrições destacam práticas discursivas e corporais que desvelam a composição da militância antirracista da capital piauiense. Escritas em primeira pessoa do singular, as descrições também privilegiam as etapas do ato a partir da ótica de dentro do CNMO, coletivo do qual a autora deste artigo fez parte e acompanhou entre os anos de 2019 e 2022.

1. Frente Ampla Antirracista (13M)

Essa foi a primeira atividade em que participei como membro do CNMO. “Dia 13 de maio de luta: Dia Nacional de denúncia contra o racismo”, sumarizada 13M, foi o título escolhido. Esse e outros aspectos do protesto são decididos em reuniões concentradas, chamadas aqui de organização prévia. Dela participam todas as siglas que pretendem estar presentes na referida atividade.

Ainda durante a organização prévia, é decidido o trajeto a ser percorrido na marcha, bem como a composição das comissões de organização: das operativas de fala e das operativas de agitação – estas últimas operativas são responsáveis pela colagem de lambes e pelo registro fotográfico de todo o evento. Além disso, são repassadas as medidas de segurança e são avisados se, ao final da marcha, haveria a avaliação geral por parte de militantes do partido (PCB).

À época, “13M” se desenvolveu, combativamente, à então maior matança policial da história do Rio de Janeiro – o massacre de Jacarezinho, que matou 28 pessoas (Souza; Soares, 2021). Além disso, 13 de maio também é a data da abolição tardia da escravidão. Usar tal data para denunciar um massacre ao invés de celebrar a assinatura de uma lei foi um esforço de eclipsar a comemoração da pretensa libertação em favor de permanente luta. Antirracista aqui, não seria somente uma categoria descritiva, mas uma categoria combativa (Borges *et al.*, 2015).

Acertar o nome da situação, a rota oficial e a alternativa que serve para casos de emergência, bem como o horário, não finda o processo de organização prévia ao ato. O processo de composição, decomposição e oposição das organizações políticas no próprio local da manifestação também integra o momento que antecede e, às vezes, perdura durante o momento do microfone aberto, etapa que precede o início da marcha em que representantes dos coletivos comunicam, entre outras coisas, palavras de ordem.

O ato começou às 16h daquele dia. Cheguei por volta das 15h ao ponto de encontro e concentração, a Praça da Liberdade. Fui acompanhada de minha companheira Isis, que militava, na época, pelo coletivo estudantil Afronte. Como a maioria de suas/seus companheiras/os de organização, ela é uma jovem estudante universitária, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), residente de bairro periférico, mulher negra e pansexual.

Além de nós, eram poucas as pessoas presentes. Identifiquei a presença do Afronte, RUA - Juventude Anticapitalista, União da Juventude Comunista (UJC), Movimento por uma Universidade Popular (MUP), Correnteza, Unidade Popular (UP) e CNMO. A identificação foi possível pelas camisetas com a respectiva logo ou por eu já estar familiarizada com membros da militância. Além dessas siglas, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Teresina (SINDSERM) se fez presente

com um carro de som – que funcionou como escolta durante a curta marcha que fizemos da Praça da Liberdade até a Praça do Fripsa (Demóstenes) – e sujeitos/as não-organizados/as que apareceram para somar.

Enquanto caminhávamos no ponto de encontro, percebíamos o desenho formado por sujeitos/as nos seus respectivos coletivos, grupos e sindicatos, que iam se juntando em pequenos blocos, à medida que mais militantes e sujeitos/as não-organizados/as chegavam e ocupavam o centro da Praça da Liberdade. Cada grupo se situava num canto distinto da praça. Todos estavam munidos de máscara (kn95 ou pff2). Alguns ainda estavam misturados e indistintos entre si, sem as suas fardas, cujos emblemas e cores (enfeitam a Praça e) os identificam, por exemplo, como os membros do RUA e do Afronte, que são aliados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e costumam marchar um atrás do outro. Além da distinção e identificação, entendemos o trajar fardas de cores laranja (Afronte) e vinho (RUA) como forma de fazer política. Sugerimos que fardar-se é ritualizar o político (Borges 2003), nas manifestações de rua.

Para além do desenho formado pelas organizações, a Praça estava adornada por dois carros – um da SINDSERM e um da Polícia Militar (PM). Outro adereço significativo eram as 28 cruzeiras de madeira dispostas ao chão em referência à chacina ocorrida. Algumas foram hasteadas junto às bandeiras e faixas das organizações durante o percurso. No microfone aberto, uma mulher destacou aquilo que entendia por ironia, a presença da PM, ao dizer: *estão aqui para nos proteger?!*

Nesse ínterim, Isis se organizou junto do Afronte e começou a cumprir sua função no ato (colagem de lambe), enquanto membros do RUA panfletavam e o CNMO se afastou do centro da Praça e se reuniu para repetir aos seus militantes as táticas de segurança e apontar a existência de um Comitê de Segurança. Esse comitê era formado por Chico e Wanderson,

dirigentes do CNMO. À época, os dois jovens eram, respectivamente, estudantes de pós-graduação pela UFPI e pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), residentes de bairros periferizados, homens negros e heterossexuais. Naquele contexto da manifestação de rua, os seus corpos serviam como pontos de referência, caso alguém se perdesse em meio à multidão ou fosse autuado pela PM.

Além dessas táticas, Chico e Wanderson questionaram se algum/a *camarada* pretendia falar ao microfone, já que é importante que o coletivo marque presença com os seus enunciados. Ainda durante aquela reunião, Chico endossou que a nossa função como militantes organizados/as era *influenciar* a autêntica força revolucionária: a classe trabalhadora. Dito de outro modo, era preciso *influenciar* a massa trabalhadora teresinense, para que ela fosse compelida à auto-organização, na sua base (na sua casa e no seu bairro) (Cf. Lima, 2024). Caso não fôssemos falar, havia a opção de colar lambe e a quem não fizesse nenhuma dessas opções, cabia a função de registrar e divulgar nas redes sociais, de modo a ocupar digitalmente também.

Ainda durante a primeira reunião, questionou-se o enquadramento do ato. Foi, então, que se chamou a atenção de que *isso aqui não é um ato, isso aqui é um movimento*, no sentido de classificá-lo como acontecimento descolado da conduta revolucionária da militância pcbista. Ou mesmo como uma análise crítica da organização e finalidade do ato em si, haja vista que em encontro da Marcha da Periferia (20N), no Dia da Consciência Negra de 2021, voltou-se a repetir que aquela situação não representaria um ato, pela falta de foco e coordenação da militância presente. Dessa forma, no regime discursivo da militância que se segue, cabe à conduta e práticas discursivas empreendidas incorporar sentido de *ato* ou de *movimento* ao protesto.

Findada a primeira reunião, saímos do canto da Praça da Liberdade e voltamos ao centro, para continuar ouvindo as

muitas falas que se seguiram – duas de nós, com Chico e Gustavo, jovem estudante negro que milita pelo PCB – de outras organizações, de Pedro Laurentino (candidato à prefeitura de Teresina em 2020 pela UP), da mulher que pontuou como irônica a presença da PM, entre outras figuras.

Tivemos o momento de realizar registro fotográfico dos sujeitos coletivos, até que, finalmente, começamos a nos preparar para sair em marcha. Chico puxou a segunda reunião, dessa vez para organização em blocagem do complexo partidário do PCB durante a caminhada e a proposta era de formarmos três fileiras.

O percurso durou pouco mais de cinco minutos e, quando saímos em marcha, já estava escurecendo. Foi rápido e tranquilo, acompanhado de mais falas de Brenda (jovem negra universitária militante do Afronte e ex-candidata à vereança teresinense) e de Wesley Carvalho, jovem homem branco e advogado abolicionista (ali também pela Frente Estadual do Desencarceramento). A marcha foi marcada pelo entrecruzamento de ônibus, carros, motos e bicicletas, que atravessavam a avenida ao nosso lado ou atrás da gente. Vi apoio e insatisfação pelo trânsito ter sido restringido a uma das faixas da avenida. Terminada a caminhada, chegou o momento da terceira reunião do dia: a de (auto)avaliação. Naquela oportunidade, fez-se uma leitura crítica do ato, tecendo apontamentos positivos, negativos e de autocrítica, pontuando o que se poderia ter feito mais ou melhor. Sentamo-nos noutra praça para a realização dessa atividade.

Repetiu-se na fala de *camaradas*, a problemática de se ter quatro pessoas responsáveis pelo lambe que, de certa forma, causa dispersão e redução do número de militantes em rua, onde fariam volume; da falta do cabo das bandeiras; e da falta de falas ao microfone – que poderiam ter sido proeminentes, para que o *nosso alinhamento político fosse o dominante*. Entre as coisas que comentei, queixei-me da falta de camisa do coletivo, para me identificar

com os demais (e participar da ritualização da nossa política). Depois que todo mundo fez as suas colocações, nos despedimos e começamos a buscar formas de voltar para casa.

Fui, então, ao encontro de Isis. Ela estava reunida com par-tícipes do seu coletivo. Naquele momento tive acesso aos es-tranhamentos, por parte do Afronte, em relação à conduta do CNMO. O primeiro estranhamento foi da quantidade de reu-niões durante o protesto (total de três), disseram: *Minha gente, esse povo não faz plenária não? Não tem formação interna?* O segun-do estranhamento se relacionava ao que foi dito durante a se-gunda reunião: sobre aquele evento que participamos não ser um ato, mas um movimento. Os estranhamentos demonstram como a manifestação é objeto de uma disputa de classificações.

2. Frente Ampla Anti-Bolsonaro e Mourão (29M)

Acordado em organização prévia e posteriormente dissemi-nado em mídias sociais, essa manifestação de rua foi nomeada como Frente Ampla anti-Bolsonaro e Mourão³. Essa denomi-nação se repetiu noutras manifestações de rua ao longo do ano de 2021.

Para o dia 29 de maio – “Dia nacional de luta pelo Fora Bolsonaro/Mourão”, a concentração estava marcada para 8h, na Praça Rio Branco, com início de marcha previsto às 9h da manhã. Membros da militância esperavam que o 29M fosse maior do que o 13M, pelo horário, pela sua temática ou mesmo extensão do trajeto.

Dessa vez, Isis e eu não conseguimos chegar a tempo para o momento da concentração (por falta de ônibus e dificuldade de encontrar motorista de aplicativo). Chegamos pouco depois de já iniciada a caminhada pelo trajeto, que se estendeu da Praça Rio Branco até a Praça da Igreja São Benedito.

De todo modo, ao chegar à Praça Rio Branco, nos organiza-mos. Ela foi ao encontro do Afronte e eu ao encontro do CNMO,

que estava ocupando as ruas juntamente das organizações: Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CFCAM), Coletivo LGBT Comunista (CLBGTC) e Unidade Classista (UC).

Observei que repetiram presença naquele ato o RUA, o Afronte e o UJC. De novidade, à minha ótica, estiveram: FONATTRANS, UJS (União da Juventude Socialista), CLBGTC e o Movimento por uma Escola Popular (MEP). Havia também algumas pessoas anarquistas, artistas intervencionistas e pessoas classificadas *independentes* (que fazem militância de forma não associada a nenhuma sigla) ou não-organizadas, cuja presença, de acordo com discurso da militância, marca o sucesso do ato.

Quando encontrei os membros do CNMO, que já estavam *blocados* com as demais siglas do PCB, Chico me entregou a camisa do coletivo. A camisa branca possuía, em preto, o nome do coletivo circulando um punho cerrado, que possui, ao centro, a silhueta do continente africano. A silhueta, sugerimos, é um signo que participa da noção de militância antirracista, de luta e de raça. Ele me apontou a bandeira do complexo partidário e disse: *segura aqui que vou agitar*. Aquela frase, em contexto de marcha, significa registrar fotos/vídeos a serem publicados nas nossas redes sociais ou utilizar o microfone, que fica aberto no carro de som que puxa nossa caminhada ou, ainda, puxar os gritos de ordem.

Segui durante todo o trajeto manejando a bandeira juntamente com membro da UJC, que reconheci ser um estudante universitário, e outro⁴ que milita pelo CLBGTC, uma secundarista. Enquanto isso, Chico *agitava* – puxava gritos de ordem – em conjunto com Vicente. Esse último é jovem negro universitário da UFPI e militante do PCB. Vicente foi partícipe da comissão de organização do 29M, por isso, conduzia o bloco e nos lembrava da formação em três fileiras.

No decorrer do percurso, fomos recepcionados pela chateação de alguns motoristas e o apoio de outros. Como aquele foi

um ato maior que o precedente, as falas realizadas ao microfone por Brenda (Afronte), militante que estava à frente das demais organizações e encarregada da coordenação do 29M, sobrepueram-se às nossas. Nós fazíamos parte do último bloco enfileirado. Tivemos que recorrer a outro carro de som para que pudéssemos escutar e repetir as palavras de ordem (*cancioneiras*) entoadas pelos *camaradas* da operativa de falas. São exemplos:

Poder!Poder para o Povo! É o Poder do Povo! (3x);
Vacina, Pão! Saúde e Educação! (3x);
Lutar, criar! Poder Popular! (3x);
[...] Fora Bolsonaro e seus aliados!

Quanto aos gritos de ordem, já no final da marcha, uma partícipe do Afronte chegou a comentar: *quando ouço “poder”, sei que é o Vicente na comissão de fala*. De modo geral, é comum que a militância relacionada ao PCB possua como referentes discursivos (táticos), o Poder Popular.

Falas igualmente importantes foram efetivadas por representantes sindicalistas dos Correios. Diferentemente dos gritos entoados pelas organizações juvenis, as falas de sindicalistas particularizavam as suas indignações, nomeando figuras da política teresinense, apontando-as como responsáveis diretas pela privatização da entidade. Isso classificaria aquele ato, ou se preferirem, aquela frente, como em oposição direta aos responsáveis pela privatização. Inclusive, problematizou-se, em conversas com membros da militância, a definição daquele e de outros atos como “contra Bolsonaro e a favor de Lula” (como veiculado em mídia nacional), fato que define o ato contra indivíduos, ignorando que as demandas da militância de Teresina extrapolam sujeitos/as que são ou já foram da presidência. O problema a ser combatido era estrutural; ainda que cheguem a apoiar candidaturas, interessa-lhes revolucionar o sistema.

Chegando ao ponto final – as escadarias da Igreja São Benedito – foi possível ver Ayra Dias, trans-mulher negra, importan-

te representante do movimento trans em Teresina, discursando em nome do FONATRANS. Ao fim da fala dessa, Joana, jovem negra universitária militante do PCB, assumiu o microfone. Joana militava pelo CNMO e pelo MUP. Contudo, desde a fundação do CLGBTC, Joana optou por se desvincular do coletivo negro e juntar-se ao coletivo LGBT. Desde o início da marcha do 29M, ela esteve fardada pelo MUP. Ao pegar o microfone, retirou a camisa do MUP e vestiu a do CLGBTC, para poder falar em nome dele, ritualizando o seu múltiplo pertencimento.

Ela fez isso enquanto seguíamos segurando a bandeira unificada dos coletivos do PCB, que carrega símbolos de todas as células do complexo partidário. Aquele foi o momento de mais registros fotográficos e em que se podia visualizar a disposição dos grupos presentes, começando a preencher e decorar, em pequenos blocos, vários pontos da Praça. Encerradas todas as falas, eles se dispersaram totalmente para pontos diferentes da Praça, uns para realizar (auto)avaliação, outros para organizar a volta para casa.

Foto 1: Militâncias reunidas em frente à Igreja de São Benedito.

Fonte: UJC, Piauí (2021).



Não pude participar do momento de (auto)avaliação do CNMO. Todavia, deixei com Chico as minhas queixas. Dentre elas, repassei-lhe a questão de o CNMO não possuir a sua própria bandeira, diferente das outras células do partido, fator que julguei diminuir a nossa presença visualmente diferenciada dentro do complexo, o que diminui a nossa força política.

Mais uma vez junto de militantes do Afronte, uma de suas partícipes reiterou o entendimento de que quanto mais gente *não-organizada*, mais bem sucedido é o ato. *Se não tiver um anarquista para atear fogo e chamar a gente organizada de “pelega”*, o ato não funcionou, ela brincou.

3. Frente Ampla Anti-Bolsonaro e Mourão (19J)

Repetiu-se, para o 19J, o tema e título “Fora Bolsonaro/Mourão”, assim como em diversas ocasiões. Repetiram-se, também, as atividades para definir trajeto e horário. Apesar das repetições, para aquela Frente de 19J e, pela primeira vez, eu pude participar de outro momento importante do estágio número um de um ato: a plenária de organização do PCB.

A plenária costuma acontecer a poucos dias da data do protesto em si e dela participa o maior número possível de militantes organizados/as no complexo, que pretendam fazer-se presentes ou não na rua. Isso ocorre porque compete à plenária, também, a leitura da conjuntura sociopolítica, em que membros de cada célula do partido apresentam as suas colocações.

Militantes saúdam a presença dos/as demais e, em caso de dupla militância⁵, decidem, na hora, por qual célula vão falar. Criticam o sistema econômico e político, até como modo de fundamentar o porquê desse evento se intitular “Fora Bolsonaro e Mourão”. Ademais, decidem se é conveniente levar bandeiras, lambes ou realizar outras práticas discursivas. Como as suas células são em grande número, o complexo pode se estender durante horas na plenária, encerrando

quando findam as falas de inscritos/as na chamada de vídeo, pelo Google Meet.

No dia 19 de junho de 2021, às 9h35, cheguei junto de Isis ao ponto de encontro, novamente a Praça Rio Branco. As organizações políticas ainda estavam em concentração: o RUA ensaiando a sua percussão; o Afronte fazendo registros fotográficos de sua militância; o complexo partidário do PCB se organizando em fileiras e ensaiando gritos de ordem; e o CNMO conquistando a sua presença visual com as bandeiras que havíamos conseguido recentemente. Depois que um dos *camaradas* responsáveis pelas fotos pediu para que fizéssemos pose segurando as nossas bandeiras, eu, Chico e Wanderson entoamos: *conquistamos nossa identificação visual*.

Acredito que também alcancei uma conquista pessoal nesse evento. No caso em questão, celebrei a minha identificação e participação legitimada fora da “bolha” do CNMO, interna ao Complexo Partidário. Isso ocorreu em decorrência da minha presença ativa na Plenária de Apresentação do CLGBTC, em que fiz uma fala sobre a relação entre movimentos negros e movimentos LGBTQIAPN+, o que permitiu que eu fosse reconhecida por mais *camaradas* e, por isso, cumprimentada por esses e essas desde que cheguei ao ponto de encontro até o fim do ato.

Enfim, depois de algumas fotos, gritos de ordem e percussões sendo ensaiados, saímos em marcha num trajeto que foi maior e diferente de seus predecessores (13M e 29M). Eu fiquei na função da bandeira do CNMO juntamente com Wanderson, Monna (jovem negra universitária, a quarta membro do coletivo e que chegou atrasada), com um dos nossos lambes e Chico na função das falas. Nos animamos muito de poder ocupar usando as camisas do coletivo e esses demais referentes discursivos da nossa existência política.

Não tivemos tanto a presença de pessoas não-organizadas como da outra vez, mas foi bem mais colorido e cheio de ban-

deiras. Todavia, pareceu bem mais organizado e menos caótico que o 29M, quando o fluxo de dois carros de som tornava a caminhada incômoda. Nesta oportunidade, nós não nos eximimos de repetir gritos de ordem puxados por outro coletivo – como o que estava à nossa frente com percussão, o RUA – que mesclava as batidas com músicas contemporâneas e gritos simples.

O que nós repetimos era:

Bolsonaro, fascista! Capacho imperialista (3x);
Recua, fascista, recua! É o Poder Popular que tá na rua! (3x);
Trabalhador, tô do seu lado! Nosso futuro não será precarizado! (3x).

Ao fim do ato, novamente na Praça da Liberdade, nos dispersamos para nos sentarmos no gramado e realizarmos as apresentações: nome, o que estuda e o (coletivo) que *constrói*. Findado aquele momento, alguns dirigentes realizaram uma avaliação mais concreta do ato, parabenizando a presença da militância e a sua organização. Optamos, em plenária de organização, por deslocar esse momento de avaliação para os núcleos (de coordenação de cada organização) em uma reunião on-line, uma vez que o complexo partidário é muito grande e uma avaliação sob o sol de meio-dia teresinense, com fome e cansaço, não é a melhor das ideias.

Analisando a (de)composição ritualística: frentes amplas e frentes únicas

1. Frentes amplas, organização e performance: as táticas segmentares estendidas

Historicamente, a frente ampla define a reunião de entidades políticas de classes e de programas políticos distintos (Lamarão, [s.d.]). Na ótica de algumas organizações políticas brasileiras, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e o PSOL, desde a eleição de Bolsonaro “diversos setores de esquerda vêm propondo uma Frente Ampla em defesa do

estado democrático [de direito]”, que representa “a aliança de classes entre partidos de esquerda reformista, organizações do movimento sindical e popular e setores ditos progressistas da burguesia” (PSTU, 2019, [s.p.]).

Contudo, ainda de acordo com algumas organizações, esse tipo de aliança produz uma política que “enfraquece a confiança de classe em si mesma, na força da sua própria mobilização, anestesiando a sua capacidade de reação” (PSTU, 2019, [s.p.]). É por razões como essa que a tática da frente ampla é tida como uma “armadilha [que] envolve uma perspectiva policlassista de luta pelo poder” (Esquerda Online, 2020, [s.p.]). Deve, pois, a militância de esquerda prezar para que entidades aliadas a setores burgueses e a setores mais à direita não estejam no centro de espaços estratégicos de poder. Embora essas conceituações não sumerizem a pluralidade antirracista teresinense, elas servem como exemplos.

Definimos as manifestações descritas como uma composição de frente ampla de tática segmentar estendida, em que se reúnem diferentes forças e projetos políticos, entendendo que essas distinções são anunciadas (performadas) e deliberadas publicamente no momento da sua reunião concentrada. Desse modo, nas situações sociais que foram descritas (13M, 29M e 19J), essa tática de frente ampla surgiu como movimento de organização, que se repetiu ao longo de vários encontros nas ruas, campo discursivo em que se observou a articulação entre organizações do movimento estudantil, coletivos negros, organizações religiosas, associações, partidos, pessoas anarquistas e não-organizadas.

Esse tipo de conformação segmentar observada nas manifestações de rua se efetiva de modo localizado e situacional (considerando estágios de organização de um ato). Assim, a sua formação se dá em movimento, acontecendo durante marchas e protestos, e, para a sua consecução, é necessária a confluência

de um número indeterminado de divisões segmentares (Goldman, 2001), que atravessam a militância teresinense.

A frente ampla, em termos de organização política, pode ser classificada como uma tática segmentar estendida no que diz respeito à pluralidade política das organizações que participam da agregação segmentar, por prever a reunião de entidades de distintos projetos políticos. Existe, contudo, um modo de conformação segmentar (que pode também operar no campo discursivo das ruas) classificada como tática segmentar situada, que é reduzida em pluralidade política de organizações, uma vez que estabelece como fundamental a questão de classe para a agregação segmentar, chamada de frente única⁶.

Como táticas da militância teresinense, existem práticas discursivas que lhe concedem sentido. Uma dessas práticas pode ser a organização em blocos – que é quando coletivos de um mesmo partido marcham unidos e internamente indistintos (fardados), como unidade – ou coletivos, quando todas as organizações optam por alinhar discursivamente o seu enunciado político (ou seus gritos de ordem, como aconteceu no 19J).

As falas em microfone aberto que costumam acontecer durante a concentração de atos servem à militância da capital piauiense não só para expor verbalmente a indignação para com o tema no ato determinado, como discriminação racial e o (então) governo federal, mas também para disseminar e ocupar as ruas discursiva e massivamente com o seu alinhamento político, seja em detrimento de um regime de discurso de poder, seja de modo interno à militância.

De modo similar, também durante a marcha, os gritos de ordem, normalmente puxados por um membro previamente indicado como partícipe do comitê de organização (e desse dentro da operativa de falas), articulam o alinhamento político antipitalista e de revolução popular, podendo ser esse um sentido

político agenciado apenas pelos coletivos partidários (do PCB) ou se estendendo a mais organizações em rua.

Os atos, como situações sociais em que práticas discursivas produzem o sentido do que é a unidade da Frente Ampla Antibolsonarista, podem ser lidos como divididos em [1] organização prévia; [2] microfone aberto; [3] marcha; e [4] dispersão. No momento da organização prévia, participam representantes de todas as organizações políticas teresinenses interessadas em somar, *colando nos atos*. Neste estágio, são decididas algumas questões, dentre elas a extensão e o desenho do trajeto. É com o microfone aberto e a marcha que podemos ver a materialização dos corpos e signos do equilíbrio momentâneo, em que todas as organizações presentes marcham em conjunto, na mesma direção. Após a marcha, chega a hora da dispersão e (re)organização entre vários blocos, coletivos, associações e pessoas não-organizadas, geralmente ao longo da Praça da Liberdade.

Percebemos aqui os atos como rituais. Eles seriam “tipos especiais de eventos, mais formalizados e estereotipados e, portanto, mais suscetíveis à análise porque já recortados em termos nativos” (Peirano, 2001, p. 8). Dessa forma, para a nossa análise dos protestos de ruas como rituais, fazemos eco ao entendimento que possuem “uma ordem que os estrutura, [e] um sentido de acontecimento cujo propósito é coletivo, e uma percepção de que eles são diferentes” (Peirano, 2001, p. 8) e à noção de quadro do rito (Houseman, 2003).

Assim, a percepção das reuniões concentradas em rua operada em estágios faz parte da configuração do que podemos chamar de quadro do ato, ou seja, enquadramento do ato. Dessa forma, a organização prévia, o microfone aberto, a marcha e a dispersão são momentos que, quando executados, esquadrinham os sujeitos políticos e organizações presentes dentro de ritos políticos.

Nessa linha de raciocínio, as manifestações e todas as práticas discursivas nelas inscritas (os gritos de ordem, as *cancionei-*

ras, os lambes, as bandeiras, fardas, dentre outros elementos), ou seja, o que é dito e o que é feito, constituem atos que comunicam e produzem, por exemplo, (a intenção de) uma unidade das organizações que compõem a frente ampla, ao mesmo tempo que reiteram as suas diferenças. Tais práticas definem a duração do protesto como tempo da política daquela ação ritual e a rua como o seu lugar político (Cf. Agier, 2011). Reivindicar a rua como lugar político do protesto (e das organizações), entendemos como esforço singular à experiência da militância antirracista, pois, sob a lógica do mundo antinegro (Vargas, 2020), gentes negras não são pessoas e não possuem lugar, e, sob essa lógica, não podem ocupar espaços urbanos, como praças (Lima, 2024), para fazer política.

Ritos também são uma performance⁷ coletiva propositada (Peirano, 2001). Além dos acordos logísticos, a performance também pode ser identificada pela ocupação intencionada das ruas com emblemas, cores, lambes, *cancioneiras*, gritos de ordem que ocupam e (re)criam as ruas do centro como espaço, por excelência, do acontecimento daquela política antirracista.

No que diz respeito à performance ritual (Houseman, 2003), para o caso dos *quadros políticos*, ou seja, de militantes do PCB, existe um *script*, que os/as instrui como agir. Esse conjunto de instruções é compartilhado nos grupos de que participam as militâncias, em um aplicativo de mensagens (o Telegram). No caso das outras organizações, algumas partes desse *script* são compartilhadas (como a indicação do trajeto a ser trilhado), outras não o são (como a quantidade de reuniões durante o ato). De todo modo, esta ação ritual só poderia existir pela colaboração comprometida entre as diversas e expressamente distintas organizações políticas presentes.

Apoiada nos escritos de Tambiah (1985), Peirano (2001) endossa que deriva do caráter performativo do rito a sua eficácia⁸. Referente à eficácia daquela agregação, cada organização

pode ter uma interpretação diferente. Para membros do PCB, por exemplo, o respeito aos aspectos organizativos, como a execução de enfileiramento, de blocagem e o foco dos *quadros* no percurso a definem. No caso de membros do Afronte, é a presença de anarquistas que marca o sucesso do evento. Indiscutivelmente, para todas as organizações, a reação de populares ao ato – seja vibrando, em apoio, seja marchando em conjunto, ou mesmo desgostosos, mas certamente não indiferentes à presença das organizações – é o que determina a sua eficácia ou sucesso. A marcha e todos os seus elementos são eficientes quando demonstram a *organização*, a força política da militância, quando surtem algum efeito ou mudança (ainda que situacional) na vida urbana teresinense.

Assim, é possível sustentar, sobre esse enquadramento do ato, que a manifestação de rua não é apenas palco para o confronto político entre as organizações políticas, ela é também um objeto que está sendo classificado no próprio embate⁹. No embate, partícipes do CNMO o classificaram como *movimento* e sindicalistas dos Correios o classificaram como contra algum sujeito político.

Voltando à descrição dos estágios, a oportunidade de abrir a fala pode ser lida como substancial instante de unidade das frentes amplas e de atualização da segmentaridade. Isso ocorre porque há a reunião circular de todas as organizações ali presentes; é comum que militantes organizados ainda não estejam fardados (como medida de segurança) e há o alinhamento discursivo de pautas anticapitalistas, antibolsonaristas, antirracistas, entre outras. Os ruídos nessa unidade ou indícios de segmentaridade passam a ser percebidos pelas vestimentas, pela reunião em blocos partidários ou dos coletivos e quando se anunciam intenções de voto a presidenciáveis, membros da esquerda.

Logo, percebemos um pêndulo que ora acentua as distinções entre as organizações presentes, ora suaviza-as novamente,

numa ritualização do pertencimento à determinada organização política. Isso acontece em vários momentos nos quatro estágios: na dispersão que pode agrupar militantes de alinhamentos políticos distintos, mas que dividam a mesma carona; quando se retiram as fardas e guardam as bandeiras, tornando-os, mais uma vez, indistintos; ou quando ocorre de unificarem gritos de ordem, como aconteceu no ato do dia 07 de setembro de 2021.

Outra ocorrência significativa nesse mesmo ato e que pode ser classificada como Frente Ampla (pela Cidade Negra¹⁰) foi a discussão para reativação do Fórum em Defesa do Transporte Público. A mobilidade urbana é tratada como pauta que, independentemente do alinhamento político e pertencimento a coletivo/movimento, é de interesse da juventude estudantil e da classe trabalhadora – ou seja, dos chamados *influenciadores/as* e *autêntica classe revolucionária*. A decisão por discutir o retorno desse Fórum aconteceu durante essa situação social que tem se configurado, desde 2019, como oportunidade em que as organizações políticas se somam à marcha ecumênica do Grito dos Excluídos – marcha construída em conjunto por movimentos religiosos e representantes de movimentos de luta pela terra.

Realizou-se, para tanto, uma breve plenária com representantes do Afronte, RUA, dos coletivos do PCB e outros para combinar uma plenária subsequente de reativação, marcada para acontecer no dia 17 de setembro de 2021 e, desde então, as organizações políticas teresinenses se articularam assistindo movimentações das CPI dos transportes (Ocorre Diário, 2021), além da própria organização dessas plenárias e comparecimento em reuniões com órgãos competentes, a fim de discutir mobilidade urbana. Aliado a esses esforços, construiu-se um ato no dia 06 de outubro de 2021, especificamente voltado para a pauta do transporte público na capital piauiense.

2. Frente única, blocagem e expansão: as táticas segmentares situadas

Da experiência histórica, a frente única (Cf. nota 8) diz respeito à reunião da unidade de ação classista, que evita conjugar aliança com forças que, mesmo à esquerda, se vinculem a setores da burguesia e a setores mais à direita. Ela é uma alternativa radical à tática de frente ampla, seguida por entidades revolucionárias. É possível encontrar certo nível de concordância política entre algumas das organizações políticas que acompanhamos no que diz respeito aos usos e sentidos desta tática, novamente aqui apresentadas como exemplos, não como síntese do entendimento da militância antirracista teresinense. “Estamos totalmente a favor de [...] uma frente única formada pelas organizações da classe trabalhadora e dos setores populares em defesa dos seus direitos e das liberdades democráticas” (PSTU, 2019, [s.p.]). A frente única é tida como uma “alavanca [...] estritamente defensiva” que fortalece a tática da unidade operária e popular (Esquerda Online, 2020, [s.p.]).

Já que trabalhamos aqui a frente ampla como oportunidade de disputa discursiva, passamos agora a considerar mais detidamente processos de segmentação e agregação segmentar possíveis entre as organizações políticas que se fazem presentes na rua, a fim de situar a especificidade do CNMO, bem como para encarar a blocagem, a setorização e posterior decomposição da blocagem (ou de uma única organização política), como recursos possíveis para expandir o alcance da luta, seja ela situada ou não.

Como dissemos, a frente única é um tipo de organização segmentar, uma tática situada. É observada como uma composição proposta por movimentos, coletivos e associações que compartilham um mesmo alinhamento político (como a agregação segmentar entre organizações da esquerda revolucionária) e que se dá com o intuito de fortalecer a unidade da reunião si-

tuacionalmente constituída. A frente única pode se manifestar também em uma escala menor, entre militantes que mesmo possuindo alinhamentos e percepções políticas distintas se reúnem, abnegando de disputas e busca por hegemonia.

Existe também o ato de bloquear (ou enfileirar), realizado, por exemplo, por coletivos do complexo partidário do PCB durante atos, ao caminharem organizados em três ou quatro filas, em conjunto e indistintamente entre si (ou seja, sem hierarquizar os seus coletivos, ainda que partícipes estejam distintamente fardados), para ocupar o maior espaço possível da rua. Isso ocorre também na ordenação das fileiras de militantes do Afronte e do RUA, com os primeiros sempre à frente dos membros do RUA durante as marchas, distintos entre si (organizados em blocos diferentes e distintamente fardados). Esses são momentos de bloqueio nas ruas, realizados a fim de alcançar solidificação por meio de agregação segmentar.

Além disso, existe o recurso à segmentação para expandir o alcance de determinada entidade política. O resultado desses processos pode receber os nomes de: *tendência*, *colateralidade*, *núcleo*, *corrente interna*, *célula*, entre outros. Um exemplo disso concerne à Coletiva Rebelião, autodefinida ecossocialista e revolucionária, que se apresenta nas suas mídias sociais como uma *tendência* do PSOL (Rebelião, 2020) e a Rebelião Negra como um dos seus *efeitos colaterais*, autodefinida ecossocialista e antirracista (Rebelião Negra, 2020). O Resistência se apresenta nas suas mídias sociais como uma *corrente interna* ao PSOL. A Coletiva Rebelião também é Resistência (Resistência, 2021). Ademais, podem surgir núcleos de estudo/pesquisa internos a um Coletivo, como foi o caso do Clube de Leitura Antirracista Clóvis Moura surgido no CNMO, em homenagem ao sociólogo, historiador, jornalista piauiense e comunista pelo PCB.

Ao passo em que frente ampla é justamente o que aconteceu como composição de força antibolsonarista (29M e 19J e

outras datas), que reunia um número significativo de organizações políticas teresinenses nas ruas, a frente única corresponde, também, à reunião, aparentemente definitiva, de duas ou mais forças (*tendências, colaterais, correntes, células*) numa só. O Afronte (PI), por exemplo, nasceu durante um Congresso da União Nacional dos Estudantes (CONUNE), em que os Juntos e Nós, que eram tendências ou juventudes do PSOL, se desintegraram para formar o núcleo piauiense do movimento nacional, que é o Afronte.

É aqui definida como situada por se resumir às aproximações e afastamentos internos a uma organização que já se entende como unidade independente. O Afronte e o RUA são coletivos diferentes, ainda que sejam forças aliadas ao mesmo partido; o CNMO é um coletivo distinto do CFCAM, ainda que coletivos do mesmo complexo; o Rebelião Negra se diferencia por racializar o debate da Coletiva Rebelião, do qual se originou como efeito colateral e por aí vai.

No que diz respeito a como membros da militância se percebem dentro dos movimentos de segmentação e agregação segmentar, podemos, nos utilizando de Deleuze e Guattari (1996), dizer que quando há a reunião segmentar baseada em uma grande oposição dual, como se deu com a Frente Ampla Antirracista composta em oposição ao racismo, essa agregação entre segmentos políticos é binária. Quando essa composição se dá em bases de distinções do mais situado ao mais amplo, como aconteceu para reunião entre um *efeito colateral* de um coletivo, como a Coletiva Rebelião Negra, com a *tendência* de um partido político, como a Coletiva Rebelião, com partidos políticos a exemplo do PSOL e o PCB, há, então, segmentaridade circular. Quando ocorrem distinções operadas em cada um desses *efeitos colaterais, tendências*, partidos e de sujeitos externos à militância se sobressaem, aflorando as distintas identificações e atuações de membros de uma Frente, há a segmentaridade linear¹¹.

Ainda apoiando-nos em Deleuze e Guattari (1996), compreendemos a divisão entre seções correspondente à segmentaridade circular. Dessa forma, os *efeitos colaterais*, as *tendências* e os partidos políticos são expressões das relações segmentares formadas pelas militâncias e que respondem a determinada cadeia de hierarquia. Como exemplo, o PSOL seria uma seção primária, que enquadra a *tendência* Coletiva Rebelião como a sua seção secundária e, como seção terciária, seria o *efeito colateral* Coletiva Rebelião Negra.

Se podemos falar em termos de hierarquias frutos das agregações segmentares e das segmentações, podemos analisar os partidos, como PSOL, PCB, Partido Comunista do Brasil (PCdoB), PSTU e UP como seções primárias; os grupos formados em blocagem, agregação segmentar, união de organizações políticas, e que podem (ou não) combinar forças partidárias, como a Juventude Sem Medo (junção de coletivos associados ao PSOL), como seções secundárias; e as forças que se originam de segmentações desses coletivos, como a Coletiva Rebelião Negra, como seções terciárias. Do alinhamento político das seções nos atos, há a composição de unidades de ação. Desse modo, em dias de atos, há a combinação de coletivos políticos em seções secundárias e que podem, porventura, somar forças com toda uma seção primária, não somente com um dos seus coletivos partidários.

Dando seguimento à análise de arranjos segmentares, voltamos rapidamente às frentes amplas. Construímos dois diagramas com o objetivo de estabelecer um recurso ilustrativo da diversidade das agregações segmentares estabelecidas pela tática de frente ampla. O primeiro é referente ao ato ocorrido em 12 de setembro de 2021, também conhecido como “#12SetForaBolsonaro”, “Nem Lula, Nem Bolsonaro” ou, ainda, “Frente de todos os espectros políticos” (Uol, 2021; O Povo, 2021), organizado pela terceira via (Politize, 2022). O segundo foi construído a par-

tir da análise de dados etnográficos produzidos no ato de 07 de setembro de 2021, também conhecido como “Fora Bolsonaro e seus aliados”, “Fora Bolsonaro e Mourão” ou, ainda, “Frente da unidade democrática”.



Diagrama 1: Organizações presentes no 12S no Brasil.
Fonte: Adaptado da edição de imagens do Freepik e do iStock, no aplicativo InDesign (Lima, 2022).

Nessa linha de raciocínio, o coletivo Correnteza é uma organização que se organiza estruturalmente com a União da Juventude Socialista (UJS). Tal estrutura se alinha, por vezes, em atuação política distinta da ordem de atuação das demais organizações teresinenses, a ponto de marcarem, as duas estruturas formadas (unidades de ação), datas diferentes para a execução do que deveria ser um ato unificado da esquerda na capital, como o que estava para acontecer em 7S. Desse modo, opera-se,

entre 7S e 12S, um jogo de oposições, decomposições e composições de organização estrutural e discursiva.

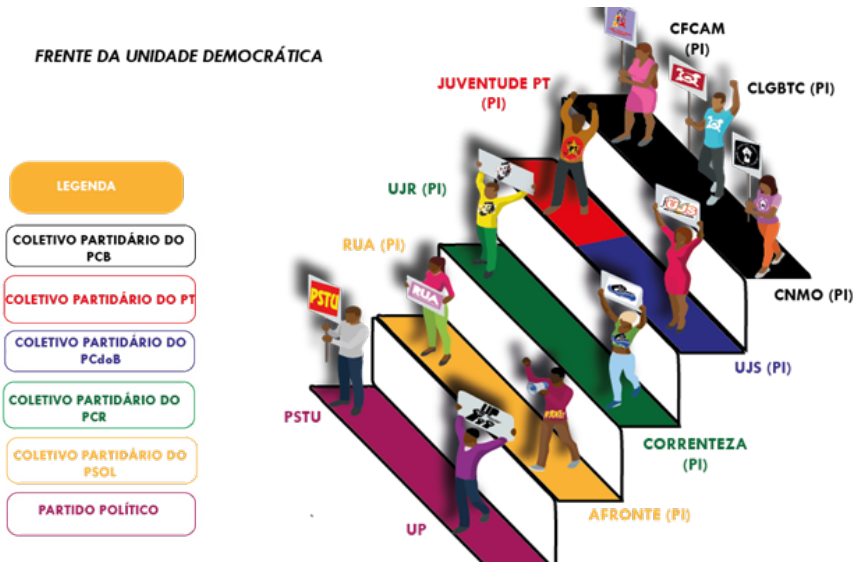


Diagrama 2: Organizações presentes no 7S em Teresina.
Fonte: Adaptado da edição de imagens do Freepik e do iStock, no aplicativo InDesign (Lima, 2022).

O bloco do Correnteza e da UJS se uniu ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), ao NOVO, ao MBL e ao PCdoB para a composição estrutural do 12S, formando alianças que a estrutura que ocupou em 7S julga incoerente, pela cisão que isso marca na esquerda da capital, sobretudo por aproximações com partidos de direita.

Ainda seguindo a linha, RUA e o Afronte são coletivos aliados ao PSOL, cada um se enxerga como uma unidade isolada – e em verdade, podem assim ser identificados por pessoas

não-organizadas –, mas se vêm como uma unidade conjunta em relação à outra seção, como a seção do PCB que, por seu turno, apesar de segmentada, é lida por membros do PSOL (e aliados) como uma unidade não segmentada. Isso pode ser inferido em razão dos coletivos do complexo marcharem, reunirem-se e atuarem (quase) indistintamente entre si.

Como pode ser observado nos atos, RUA, Afronte e o Resistência – esse último que é a Juventude do PSOL – marcham um atrás do outro, diferenciando-se pelas suas fardas específicas, por possuírem ou não microfone e percussão, instrumentos sonoros também desejáveis para afinar a particularidade de um coletivo, ritualizando a sua produção de política. Já os coletivos do PCB como CNMO, CFCAM e CLGBTC marcham de modo misto dentro de um grande bloco. Também por essa opção de localização durante a marcha, é possível que pessoas não-organizadas ou membros de unidades distintas não consigam classificar a existência de coletivos específicos dentro de cada seção ou mesmo de perceber a existência de seções formadas.

Essa indistinção pode ser uma tática em si, para os casos de não existir ou faltar número significativo de militantes de um coletivo específico para fazer volume na rua, fortificar a imagem do complexo como uma seção permanentemente fundida, tornando o vácuo em algum/ns coletivo/s quase imperceptível, ínfimo em comparação à extensão da própria seção.

Embora haja distinção possível no que se refere à composição de sujeitos coletivos como ordens, seções e segmentos, dos seus usos diferenciados de processos de agregação segmentar e segmentação, de todo modo se espera uma articulação em comum à militância de Teresina. Almeja-se que para além do horizonte revolucionário antibolsonarista que orientou boa parte do calendário de atos, exista o correspondente de atuação antirracista, anticapitalista e por restituir o pertencimento à cidade, sobretudo a partir do direito à mobilidade urbana. Esses são os

motivos pelos quais se mantêm em cooperação tanto pessoas organizadas como as não-organizadas que se fazem presentes nas ruas e fora delas.

Conclusão

Ao longo do artigo, tentamos dar conta da dimensão prática e organizativa do fazer militância, desvelamos o uso de táticas de frente ampla e frente situada, analisamos os atos como ritos e as divisões e reuniões (composições e decomposições) segmentares das múltiplas organizações da cidade de Teresina, nas manifestações de rua, no ano de 2021. Procuramos destacar, na descrição e análise das três situações etnográficas, como essas militâncias incidem sobre a cidade, ainda que situacionalmente, ocupando e transformando ruas e praças em dias de ato, adornando-as com suas cores, bandeiras, gritos de ordem, entre outros elementos da performatividade do ato e da produção de política antirracista.

Desse modo, com o que discutimos até esta linha, podemos tentar responder à interrogativa que intitula o presente artigo. A militância antirracista observada em campo, e cujas atividades são aqui analisadas, é organizada, portanto feita, por coletivos juvenis, universitários, comunistas, periferizados e trans (feministas). Essa constituição indica que a militância antirracista se faz orientada pela restituição política de espaços, a partir da ação política de gentes negras, periferizadas e trans, ao tornar as ruas e praças arenas, em que são combatidas as noções que aprisionam essas gentes negras e trans na precariedade, como se não pudessem ser agentes políticos e ocupar a cidade (intencional e performaticamente) com política transfeminista e antirracista.

Toda essa composição possui repertórios políticos e táticas políticas que ora se encontram reunidas e agregadas, ora se apresentam separadas e segmentadas, se compondo e se opondo, ora alinhando seus gritos de ordem, ora formando frentes distintas.



É no meio desses entrecruzamentos que se situam os coletivos negros de Teresina atuantes em manifestações de rua, o FONATRANS e o CNMO. Concluímos, pois, que para se compreender a construção da militância antirracista em Teresina (PI) se deve considerar não só as elaborações discursivas das suas organizações, mas, indo além, como essas coletividades são a todo tempo problematizadas, formadas e dissolvidas num processo contínuo e ritualizado de oposição e composição, conflitos e solidariedades. Portanto, o plano discursivo antirracista é produzido e produz efeitos na sua articulação com as dinâmicas de práticas e relações políticas em torno dessa luta, para cuja compreensão a perspectiva etnográfica demonstrou ser um modo de produção de conhecimento produtivo.

Notas:

¹ Utilizamos itálico para destacar expressões e falas êmicas.

² Desses pesquisadores da segmentaridade, entendemos que Deleuze e Guattari não produzem análises racializadas. De fato, sobretudo Deleuze não se debruçou diretamente sobre o tema “raça” e “racismo” a não ser para dizê-la (a raça) como delfrio dos povos; apesar disso, há quem recalibre sua “filosofia da diferença” para analisar a identidade racial (Rodrigues, 2019) ou mesmo para aproximar as suas ideias à noção de interseccionalidade (Romagnoli; Silva, 2022). Com isso em mente, recorreremos aos autores tão somente para utilizar as suas ferramentas. Quanto ao conhecimento dessa obliteração racial, agradecemos ao Grupo de Estudos em Pensamento Negro Radical e Teoria Etnográfica (Errante/Unicamp).

³ Jair Messias Bolsonaro e Hamilton Mourão foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da República Federativa do Brasil, em 2018, pelo Partido Social Liberal (PSL). Desde o pleito daquele ano, Bolsonaro se tornou inimigo da esquerda brasileira, por desmontar a seguridade social e inaugurar um regime discursivo (bolsonarismo).

⁴ Aqui, marca-se a neutralidade de gênero, que foi reivindicada durante o ato, por sujeito estudante secundarista em questão.

⁵ A múltipla militância permitida no complexo é militar pelo partido e por mais um coletivo.

⁶ Segundo o dicionário de verbete político do CPDOC (Lamarão, [s.d.]), no Brasil, a frente única é um movimento idealizado por Francisco Clementino San Tiago Dantas e diz respeito à reunião de partidos, movimentos sociais que lutam por reformas de base (agrária, educacional, urbana, dentre outras) e pelo Poder Popular, unificando, pois, trabalhadoras/es, estudantes e organizações associadas às classes trabalhadoras – sendo esse o seu fator fundamental.

⁷ Esse aspecto performático de uma política antirracista é narrado por Alves (2018) sobre o ato do coletivo Mães de Maio, organização de mães de jovens assassinados em maio de 2006, em São Paulo. O coletivo rebatizou com o nome de Dandara, liderança quilombola, praça que outrora homenageava o “patriarca da Independência”, ao passo em que a adornava com fotos dos jovens assassinados e com velas.

⁸ A derivação acontece em três sentidos: austiniano, em que dizer é fazer; performativo, que dispõe de meios de comunicação que fazem participantes experimentar o rito, bem como o alusivo, que remete a valores que os atores atrelam ao rito durante a sua performance (Peirano, 2001).

⁹ De modo análogo à classificação de invasão (Borges, 2003, p. 50).

¹⁰ Consideramos que Teresina é a 3ª capital com maior percentual de população negra (75,2%; Cf. IBGE, 2022) no país e que a noção de “direito à cidade” é insuficiente para explicar a experiência urbana negra (Alves, 2020).

¹¹ Acreditamos que um exemplo prático dessa segmentação em linha, seria evidenciado no momento da troca de fardas executada por Joana, para abdicar dos elementos que a identificam como membro de um coletivo e passar a ser identificada como membro de outro.

Referências:

- ALEGRIA, Paula; BULGARELLI, Lucas; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Movimentos sociais contemporâneos: Um balanço das produções de teses e dissertações em Antropologia nos últimos dez anos (2008-2018). **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais-BIB**, São Paulo, n. 93, p. 1-27, jun. 2020. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/512>. Acesso em: 20 maio 2020.
- ALVES, Jaime Amparo. **The Anti-Black City: Police terror and black urban life in Brazil**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.
- ALVES, Jaime Amparo. Biópolis, necrópolis, negrópolis: notas para um novo léxico político nos estudos sócio-espaciais sobre o racismo. **Geopauta**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 5-33, mar. 2020. Disponível em: <https://ppgeducacaooptl.ufms.br/files/2021/05/Bio%CC%81polis.-Jaime-do-Amparo-Alves-1.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2025.



- AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília**: etnografando lugares-eventos da política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- BORGES, Antonádia *et al.* Pós-Antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 347-369, maio 2015.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994.
- COLETIVA REBELIÃO. **Perfil**. 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivarebeliao/>. Acesso em: 05 set. 2020.
- COLETIVA REBELIÃO NEGRA. **Perfil**. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/rebeliaonegra/>. Acesso em: 05 set. 2021.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Plato - Micropolítica e Segmentaridade. In: **Mil Platôs** – Capitalismo e Esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1996. v. 3
- ESQUERDA ONLINE. **Unidade de ação e Frente Ampla são duas táticas diferentes**. 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/05/01/unidade-de-acao-e-frente-ampla-sao-duas-taticas-diferentes/>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1968.
- FILADELFO, Carlos. **A luta está no sangue**: família, política e movimentos de moradia. Orientador: Ana Claudia Duarte Rocha Marques. 2015. 271 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- GOLDMAN, Marcio. Segmentaridades e Movimentos Negros nas Eleições de Ilhéus. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 57-93, out. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/4s5jDwT59N5xZxv3f5jXmqp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2015.
- GOLDMAN, Márcio. **Como funciona a democracia**: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- HOUSEMAN, Michael. O vermelho e o negro: um experimento para pensar o ritual. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 79-107, out. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/KtJ8WF9QQFPYVf8Cp8vZhBF/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2016.
- IBGE. **Panorama do Censo 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- LAMARÃO, Sérgio. Frente Ampla. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-ampla>. Acesso em: 12 jul. 2022.

- LAMARÃO, Sérgio. Frente Única. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-unica>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, p. 115-134, jun. 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/107/10704908.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- LIMA, Lorrana Santos. **Os novos quadros negros revolucionários: dimensões discursivas, práticas e corporais em agrupamentos antirracistas em Teresina, PI**. Orientador: Carlos Roberto Filadelfo de Aquino. 2023. 202 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.
- LIMA, Lorrana Santos. *Eles ficaram de cara que a gente ia pra praça ler: usos políticos da Praça do Esplanada pelo coletivo Perifala! na Vila Irmã Dulce (Teresina, PI)*. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. e227153, jul. 2024. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/pontourbe/article/view/227153>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- OCORRE DIÁRIO. **CPI do Transporte Público: auditoria popular apresenta análise do relatório**. 2021. Disponível em: <https://ocorre diario.com/cpi-do-transporte-publico-auditoria-popular-apresenta-analise-do-relatorio/>. Acesso em: 21 out. 2021.
- O POVO. **Manifestação de 12 de setembro contra Bolsonaro: últimas notícias de hoje**. 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/09/12/manifestacao-de-12-de-setembro-contra-bolsonaro-ultimas-noticias-de-hoje-12.html>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- PEIRANO, Mariza. Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica ; A análise antropológica de rituais. In: PEIRANO, Mariza (org.). **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: relume Dumará, 2001. p. 7-42
- POLITIZE. **Frente Ampla? Entenda sua história e conceito!** 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/frente-ampla/>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- PSTU. **Frente Ampla ou Frente Única Classista**. 2019. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/frente-ampla-ou-frente-unica-classista>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- RODRIGUES, Matheus Barbosa. Filosofia da diferença e a questão política da identidade racial. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, v. 1, n. 34, p. 73-87, jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cefp/article/view/154310>. Acesso em: 19 nov. 2025).
- ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; SILVA, Bruna Coutinho. Interseccionalidade e a esquizoanálise: conquistas macropolíticas e retrocessos micropolíticos. **Psicologia & Sociedade**, v. 34, p. e249960, abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/hjCj3tHQz4mzhQ4WS7kQZYh/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 nov. 2025.



- RESISTÊNCIA PSOL. **Perfil**. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CTc6W3vt0lP>. Acesso em: 05 set. 2021.
- SOUZA, Rafael Nascimento de; SOARES, Rafael. 2021. Mortes no Jacarezinho: com 28 mortos, operação policial na comunidade da zona norte é a mais letal da história do rio. **O Globo**, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/mortes-no-jacarezinho-com-28-mortos-operacao-policial-na-comunidade-da-zona-norte-a-mais-letal-da-historia-do-rio-25006044>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- UOL. **Movimentos marcam para 12 de setembro ato pelo impeachment de Bolsonaro**. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/07/08/manifestacao-bolsonaro.html>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- TAMBLAH, Stanley Jeyaraja. **Culture, Thought, and Social Action – An Anthropological Perspective**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1985.
- VARGAS, João H. Costa. Racismo não dá conta: antinegitude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, [s.l.], v. 18, n. 45, p. 16-, jan. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/47201>. Acesso em: 06 nov. 2025.
- ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000.

How Is Anti-Racist Militancy in Teresina Organized? Segmentarity and ritual in street protests

Abstract: Based on ethnographic research, we seek to unveil the ritualistic compositions, decompositions, and oppositions that organize anti-racist activism in Teresina. We did so through the ethnographic description, classification, and analysis of segmental practices and ritual actions carried out in street demonstrations, especially by a Black collective, in 2021. We concluded that the intentional occupation of the streets (political demonstrations) constitutes anti-racist activism. It is noteworthy that this intentional occupation is carried out through broad-front and united-front tactics that constitute and are constituent of political relations; and through certain bodily and discursive practices, such as the use of emblems, colors, posters, songs, and slogans. Segmental and ritual practices that, even if situationally, organize the activism and occupy, reconfigure, and (re) create the streets of the city center as the space, par excellence, for the occurrence of that anti-racist politics.

Keywords: Activism. Teresina. Anti-racism. Segmentarity. Ritual.

Recebido: 04.08.2025

Aceito: 18.11.2025